

*Carlos Antônio Brandão*

## Por uma geoeconomia política espacial da sociedade urbana

A dominação social no capitalismo, no seu nível mais fundamental, não consiste na dominação das pessoas por outras pessoas, mas na *dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas*. (POSTONE, 2014, p. 46)

Se o *espaço é poder*, como disse Lefebvre, então a luta contra o *poder do capital* é a luta contra as formas concretas *como ele organiza, controla e disciplina o espaço*, é a luta contra a pedagogia e a gramática alienantes do espaço criado pelo capital, contra a lógica e a linguagem do mundo das mercadorias. (PAULA, 2014, p. 244)

Não se entendem as partes sem o entendimento do todo, e esse entendimento passa, hoje, pela economia política. (SANTOS, 1994, p. 119)

[...] o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político. (FERNANDES, 1975, p. 291-293)

### INTRODUÇÃO

Este ensaio pretende organizar alguns elementos teóricos para a recuperação e o reposicionamento de uma economia política urbana crítica. Em outras palavras, almeja contribuir para erguer e sustentar reflexões preliminares para a construção de uma geoeconomia política das bases materiais da produção social conflitiva do ambiente construído. Tal tarefa hercúlea requer um esforço coletivo

que não descure da reprodução social das mais variadas facções de classe. Que se coloque ênfase nas frações do capital, seus encadeamentos de decisões – com poder – no processo geral capitalista de produção hegemônica do espaço urbano. Por outro lado, exige também, ao mesmo tempo, que não se negligenciem a estruturação e a dinâmica das frações de classe subalternizadas e oprimidas, suas formas, instrumentos de contestações e resistências, aquilatando sua capacidade de acumular contrapoderes para encadear ações contra-hegemônicas.

Defende-se, aqui, que esse programa de pesquisa, que impõe uma longa, coletiva e ousada (re)construção teórica, deveria iniciar por reintroduzir as principais categorias capitalistas a serem reconstituídas e reelaboradas para a realidade do século XXI. Parte-se, assim, da ideia de que, no capitalismo, sempre o trabalho, a terra, o dinheiro e suas decorrentes e respectivas rendas e fluxos, isto é, seus rendimentos esperados e estimados e seus ramificados circuitos espaciais, estarão no centro da reprodução social e da produção social do espaço social, sob o regime do capital. Tais três mercadorias “fictícias” (POLANYI, 1980) são amparadas pelo poder coercitivo fundante – nó e cerne – que as relações capitalistas de propriedade privada exclusiva e individualizada – garantidas juridicamente, a propriedade e o direito a suas rendas, pela regulação do Estado – impõem ao conjunto do processo socioreprodutivo.

Uma vigorosa e renovada geoeconomia política espacial urbana deveria ser estruturada no âmbito teórico da discussão do poder, do domínio assimétrico das classes sociais e do conjunto da reprodução social no espaço, mobilizando categorias de análise e investigando problemas concretos.

O desafio é enorme e passa por buscar desvelar as formas de organização, integração e reprodução social e suas específicas expressões na produção do espaço, com destaque para a análise dos circuitos espaciais de acumulação urbana.

As mediações teóricas requeridas precisam ser elaboradas com acuidade, articulando circuitos, ramos, órbitas e frações urbanas de reprodução, rendas fundiárias, imobiliárias e monopólicas, direitos de propriedade, agentes, sujeitos e atores da produção, consumo e utilização do espaço social, em múltiplas escalas espaciais, desde dentro da rede urbana e segundo o porte de cidade.

O centro da construção daquelas mediações teóricas deveria se debruçar sobre a natureza de cada uma e construir as articulações conceituais mais precisas entre as três mercadorias sistêmicas (o trabalho, a terra e o dinheiro) e as três categorias (Estado, capital e trabalho) – que deveriam estar no mesmo plano analítico e *status*

teórico, pois, no real concreto do capitalismo, elas de fato estão –, todos dialogando constitutivamente com o espaço.

## DESENVOLVENDO O ARCABOUÇO, SUAS CATEGORIAS E AS RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS

Estamos imersos em um momento de grande alienação em que a abstração real crescente das cinco categorias fundantes – trabalho, terra, dinheiro, capital e Estado – acabou por engendrar e entronizar variadas formas ultrassofisticadas de dominação, que apresentam natureza cada vez mais abstrata.

Penso que nosso campo teórico da dimensão espacial do capitalismo perdeu o vigor do passado quando procurava realizar grande esforço por construir tais complexas articulações. Essa negligência ou abandono conduziu a pelo menos duas decorrências daí derivadas, que foram:

- a. essas mercadorias/categorias fundantes da nossa área, ou algumas delas, perderam posição epistemológica e não foram tratadas como estando no mesmo plano analítico, nível de abstração ou *status* científico; e, assim,
- b. elas deixaram de contribuir para a abordagem crítica da produção social do espaço social e para colocar o espaço no mesmo patamar que o tempo na análise da reprodução social.

Tivemos, sobretudo depois da torrente pós-moderna que invadiu nosso campo, a exacerbação dessas deficiências epistemológicas e ontológicas, desperdiçando a experiência acumulada e o patrimônio científico crítico, que agora completa meio século.

Este programa de pesquisas aqui rascunhado, ao mesmo tempo, deveria construir, em menor nível de abstração, também as mediações histórico-concretas, os elos faltantes de articulação: do arco de alianças da produção do urbano subdesenvolvido-periférico-dependente; os mecanismos de funcionamento da máquina empreendedora de crescimento expansivo e as coalizões urbanas regionalizadas, incluindo a reprodução social dos “de cima” e dos “de baixo”, reescalando a análise desde a escala mundial até a escala da vida cotidiana e do corpo, passando pela escala – ainda e sempre – fundante no capitalismo, que é a nacional.

O caminho seria romper com a visão dicotômica que separa, também no nosso campo disciplinar, a dinâmica do processo de valorização e acumulação de capital da dinâmica das disputas entre as classes sociais, criando duas literaturas teóricas distintas e apartadas. Nas visões mais simplistas, ora se deriva a dinâmica espacial direta e esquematicamente do plano do capital em geral e de suas inexoráveis leis gerais de movimento, ora se restringe a análise apenas às duas classes fundante do sistema capitalista. As averiguações mais rigorosas da coerção concorrencial da luta intraclasses no interior da pluralidade das variadas frações dos capitais em pugna não são realizadas. Da mesma forma, a investigação da estrutura e da dinâmica dos instrumentos, mecanismos e dispositivos acionados pelos sujeitos, agentes e atores dos processos sociopolíticoeconômicos histórico-concretos não são enfrentados. Decorre dessas parcialidades analíticas o descuido com os estudos das coalizões, dos arcos de alianças, dos blocos no poder, dos dispositivos de dominação e das correlações de forças políticas, nos tempos conjunturais e nos tempos estruturais, em que as disputas *intra* e *entre* frações de classes sociais se processam nos espaços urbanos que se deveriam investigar.

Na verdade, o individualismo metodológico sem classes, sem conflitos e sem interesses ganhou terreno na produção científica de nosso campo.

Nesse contexto, a retomada dos estudos das determinações materiais e objetivas do funcionamento da máquina da “economia urbana” deve desenvolver maior sofisticação e aprofundamento de análise. Deve realizar recortes analíticos mais precisos: dos ramos, ciclos reprodutivos, veios, canais e tramas produtivas, rotações e órbitas etc. Deve incorporar a riqueza da ecologia de lógicas, ritmos, modos, formas e funções da pluralidade dos capitais que moldam, disputam, utilizam, consomem e produzem os espaços sociais urbanos.

Na perspectiva das determinações materiais, os espaços urbanos são frutos também de ciclos reprodutivos setorializados específicos, seccionados em concatenações ramificadas que formam uma teia difícil de ser totalmente desvendada, mas que precisa ser examinada minuciosamente. Ainda mais que, no capitalismo, sua dinâmica está baseada em cálculos expectacionais, individualizados (privados) e atomizados, em busca de retorno esperado e estimado de rendimentos e numa ancoragem implacável e inquebrantável na garantia e nos direitos de propriedade (privada).

O urbano em processo é resultante e expressão contraditória, multiescalar, contestado e relacional do jogo contínuo das transformações nas formas de

organização, integração e reprodução social e suas expressões na produção do espaço. Enquanto houver capitalismo, haverá uma exacerbação inarredável e irresolúvel nas disputas e nas contradições entre os planos privados de negócios *versus* os planos coletivos de vida.

Assim, para pensar a sociedade urbana que o capitalismo forjou e como uma peculiar economia urbana está subjacente a ela, torna-se fundamental analisar as especificidades das frações e subfrações de capital: mercantil, fundiário, imobiliário, comercial – varejista e atacadista –, dos transportes, industrial, bancário, financeiro etc. Certamente, não é desejável ter nessa empreitada uma visão enviesada apenas por uma das órbitas da produção, distribuição, troca ou consumo. O urbano é produzido materialmente pela dinâmica contraditória e contínua dessas distintas – mas dotadas de unidade – órbitas e circuitos ramificados – que estruturam uma coerência no espaço produzido. Sugiro partirmos de uma concepção de massas redundantes de capitais em busca de aplicação e expansão em diversos *loci* de valorização, segundo um recorte de frações, subfrações, órbitas e circuitos. Um ponto central será articular a produção do espaço específica do atual capitalismo com os dois tipos de rendimentos do âmago e da essência do sistema capitalista: os derivados e provindos daquelas órbitas e circuitos e aqueles derivados meramente dos direitos de propriedade privada (PAULANI, 2016).

Por outro lado, é preciso construir uma abordagem da reprodução da força de trabalho no espaço urbano, com destaque para: o fundo de salários, o papel dos meios de consumo/direitos coletivos; a mobilidade socioespacial-clas-sial (BARBOSA, 2014) e do ambiente construído e as formas de (sobre)vivência nas escalas do corpo do(a) trabalhador(a), no plano familiar e da reprodução da vida cotidiana. Sugiro partirmos de uma concepção de massas redundantes de população em busca de existência descortinadora de horizontes de melhores perspectivas de existência material, mas também para além da reprodução social material.

Nesta agenda aqui rascunhada, a complexidade da análise impõe que uma concepção de que os processos sociais ocorrem desde dentro das variadas redes urbanas e de que lógicas específicas e uma dinâmica própria agem segundo o porte, a escala e a dimensão no interior de cada sistema de cidades deve ser perseguida.

A rede urbana é uma mediação teórica e analítica imprescindível entre escalas espaciais, rede urbana e porte de cidade, circuitos espaciais de acumulação de capital etc. A análise de seus núcleos organizadores de processos socioeconômicos

variados e centros de poder e de emanção de decisões fundamentais não pode faltar em nossas análises, pois a rede urbana expressa e potencia uma hierarquia de decisões que são tomadas e que “circulam” e se encadeiam no território. Ela “é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados [cristalizados] da prática de diferentes agentes sociais”. (CORRÊA, 2007, p. 27) Os centros urbanos da rede precisam ser investigados em sua dinâmica de emanção e coordenação de decisões cruciais das economias micro e mesorregionais ou nacionais e pontos de importantes interconexões com a economia supralocal.

Não se deve negligenciar o papel, sobretudo na reprodução social, das unidades que estão na base da rede urbana. As pequenas cidades – ou cidades-locais, na denominação de Milton Santos (1994) – devem ser estudadas como elemento de ligação entre o meio urbano e as variadas ruralidades, tendo um papel importante a partir de seu papel especificado pelo conjunto do sistema de cidades.

Por sua vez, as cidades médias, ao deterem centralidade e estarem localizadas em pontos estratégicos de determinado sistema de cidades, cumprem um papel decisivo nesse contexto. Vistas como espaço de transição (SPOSITO, 2007), elo urbano-regional (STEINBERGER, 2001), lócus de retransmissão e nó de comando e de interação, com suas hinterlândias, e interface entre cidade e região, são suporte fundamental dos processos de urbanização.

Já as metrópoles – enquanto sistemas urbanos econômicos e sociais complexos – devem ser distinguidas por caracteres de alta densidade demográfica, porte e adensamento de funções urbanas, integração de infraestruturas física e econômica etc., seu padrão específico de ocupação e uso do solo, seus deslocamentos e assentamentos humanos peculiares e sua alta densidade de interações e articulações intra e intersetoriais que se constroem em determinado tecido metropolitano territorializado regional. A economia metropolitana é determinada pela alta concentração de unidades econômicas, equipamentos urbanos de suporte etc. que estruturam fluxos e lógicas específicas emanados de diversas frações do capital. Esses e outros são fatores de integração que dão coerência própria à dinâmica metropolitana, marcada pelo constante alargamento, sofisticação e aprofundamento da divisão social do trabalho em determinada porção territorial. Além disso, esses espaços urbano-metropolitanos mais complexos, como ambiente construído para a produção, intercâmbio e consumo, podem encurtar os ciclos do capital-dinheiro, do capital produtivo e do capital-mercadoria, aumentando suas taxas de circulação e de rotação.

## DESAFIOS TEÓRICOS E DISPUTAS POLÍTICAS

A abrangente e ousada agenda teórica coletiva aqui esquematizada requer, simultaneamente, enfrentar um triplo desafio:

- a. retornar aos principais marcos teórico-críticos clássicos – Lefebvre (1991a, 1991b), Castells (1983), Harvey (1980, 2017) e Lojkin (1997) – depurando o que eles têm a nos oferecer com seus aportes, conceitos e categorias para repensar a produção social do espaço no capitalismo urbano do século XXI;
- b. analisar a fronteira do pensamento espacial crítico, que é produzido, hoje, no mundo do Norte; e
- c. questionar sobre seus possíveis diálogos com as situações concretas do Sul e seus processos de urbanização no contexto do capitalismo subdesenvolvido, dependente e periférico, como os do Brasil, avançando também nos estudos empíricos.

Na fronteira do campo da Geografia e da Economia Política Crítica do Norte, a produção científica expandiu horizontes teóricos e analíticos através de autores como Harvey (1980, 2017), Brenner (2012, 2014), Merrifield (2014), Robinson (2016), Roy (2011), entre outros. Na periferia subdesenvolvida latino-americana, o avanço teórico também foi vigoroso, não devendo nada às elaborações do centro acadêmico do capitalismo anglo-saxão, a exemplo de autores como Santos (1994), Oliveira (1978), Singer (1968, 1979), Corrêa (1997), Kowarick (1979), Coraggio (1991), Lencioni (2017), Carlos (2017) etc.

Nesse contexto, pensar o que está acontecendo nas cidades capitalistas hoje passa por tentar desvendar processos gerais que precisam ser investigados, como os de disciplinarização, individualização, mercantilização exacerbada etc., que conformam os processos geoinstitucionais específicos de neoliberalização (BRENNER; PECK; THEODORE, 2012), que se generalizam para todas as esferas da vida e entronizam a coerção da concorrência mercantil, que se dissemina como uma racionalidade política global. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Analisar a transferência interjurisdicional pelo mundo de conceitos hoje hegemônicos tem sido um empreendimento acadêmico fundamental para entender, denunciar e procurar transformar a realidade, demonstrando os círculos

interespaciais de criação, propagação e legitimação dos modelos neoliberalizantes e seus conceitos viajantes e impregnantes.

A agenda da nova geoeconomia política se abre para novas frentes, cabendo destaque às análises das intervenções corporativas dos grandes capitais imobiliários, das construções dos grandes projetos e dos processos contextualizados da financeirização realmente existente nos espaços urbanos específicos.

Um ponto central desta agenda é analisar as complexas relações entre os capitais mercantis, rentistas e os imobiliários-fundiários que dominam as cidades.

É preciso investigar a lógica da unidade contraditória mobiliário/imobiliário, que ganha centralidade no funcionamento do capitalismo urbanizado, extrator de rendimentos diversos, recrudescido pela força da propriedade privada e pela restituição violenta do poder de classe.

As aplicações de capital-dinheiro nos circuitos mobiliários e imobiliários – ambos de natureza intrinsecamente especulativa em relação às incertezas postas pelo futuro esperado de enriquecimento privado – representam formas *sui generis* de manutenção e valorização da riqueza. Essas formas, eleitas pelos detentores de direitos de propriedade privada exclusiva para a preservação e a expansão de suas massas de riqueza ao longo do tempo, apresentam marcadas nuances em termos espaciais e temporais e precisam ser analisadas em sua concretude.

Os circuitos mobiliários e imobiliários cumprem um papel no capitalismo de canais compensatórios que criam oportunidades de inversão de capitais “sobrantes”, disponíveis, ávidos por ganhos extraordinários, que podem, dessa forma, fluir enquanto massas redundantes de capital excedente por veios, ramos e circuitos de menor resistência, buscando contornar ou enfrentar controles regulatórios nacionais.

Esses capitais se encarnam na forma de massas de capital-dinheiro, que não encontraram o retorno esperado de inversão lucrativa em outros setores, dutos e circuitos. Assim, dirigem-se – e serão retidos e mantidos em estado de liquidez variada – até se metamorfosearem e fixarem em alguma forma mais definitiva, pelo menos momentaneamente, até retornarem a um estado mais líquido.

O capital coagula-se no imobiliário e liquidifica-se no mobiliário. Esses dois campos especulativos são como veículos para o acúmulo de direito de propriedade privada, que concedem acesso direto e indireto à extração de rendas – fundiárias, monetárias, monopolistas.

Entretanto, devemos também refletir sobre os mecanismos e dispositivos com que, mais do que imobilizar parte do capital no ambiente construído, em terras, em prédios etc., o capitalismo, centrado que é no dinheiro enquanto essência substantiva do capital, fortaleceu e naturalizou o regime da propriedade privada exclusiva de um indivíduo – que retém, pois retirou da coletividade, uma porção do planeta para si –, detendo juridicamente uma garantia, um direito inflexível de extrair, asseguradamente e com violência afiançada, uma renda-proprietária.

Desse modo, essa é a “dualidade” básica do capitalismo – extração de renda/propriedade – com a qual o sistema sempre se depara e aprofunda, mas que hoje se exacerbou e se tornou abstrairmento totalizante, com o ápice de violência e da excepcionalidade permanente. Por um lado, rendimentos esperados e/ou auferidos, como resultado da coerção concorrencial (relativa) em interação com os outros capitais. Por outro, resultados (rendimentos) garantidos pelo (mero) monopólio privado da propriedade (absoluta), como o poder (intrínseco) de possuir proporcionar retornos proprietários.

Nesse contexto de exacerbação da acumulação do capital em sua essência mais geral e de dominação abstrata, com a consolidação do Estado de exceção, a regressão do ciclo político, agora antidemocrática dos direitos sociais e humanos, as contradições urbanas e os renovados conflitos urbano-classiais se reavivam.

Contra a cidade para os negócios, as resistências a toda a panóplia de espoliações (HARVEY, 2017) engendram variadas formas de ressonâncias rebeldes, que têm potência para criar fissuras (HOLLOWAY, 2013) no modo de reprodução da (não) vida no capitalismo. David Harvey lançou o desafio de se buscar construir lutas políticas que fortaleçam o que ele denominou de um “utopismo espaçotemporal” que possa antepor, às decisões dos agentes poderosos, o que ele chama de “escolhas transgressoras”. Dessa forma, segundo ele, poder-se-ia ir desencadeando ações de contraponto ao poder instituído e buscando moldar o espaço com outros significantes que lograssem fazer frente a todas as formas espoliativas (HARVEY, 2017). O recente debate sobre as diversas dimensões das lutas pelo comum, sistematizado por Dardot e Laval (2017), é uma promissora senda para tais lutas de resistência. Ou seja, é preciso empreender encadeamentos de ações e decisões contra-hegemônicas e emancipatórias nos diversos espaços urbanos.

Em suma, aquilatar a capacidade de engendrar dignidades, através de indignações, e reinventar outras formas de viver, trabalhar, morar, se movimentar etc., pesquisando e fomentando lutas diversificadas pela produção ou fortalecimento de novas formas alternativas de organização e reprodução social e disputas anticapitalistas, também deveria estar no centro dessa

construção de uma geoeconomia política crítica aqui muito esquematicamente enunciada.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. L. A mobilidade urbana como expressão do direito à metrópole. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (Org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 187-201.
- BRANDÃO, C. A. Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a. p. 99-118.
- BRANDÃO, C. A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 45-69, 2017b.
- BRANDÃO, C. A. Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 26, p. 1097-1132, dez. 2016. Número especial.
- BRANDÃO, C. A.; FERNANDÉZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Após a neoliberalização? *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 15-39, 2012.
- BRENNER, N. (Ed.). *Implosions/explosions*. Berlin: Jovis, 2014.
- CARLOS, A. F. A. (Org.). *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.
- CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CORAGGIO, J. L. *Ciudades sin rumbo: investigación y proyecto popular*. Quito: SIAP: Ciudad, 1991.
- CORRÊA, R. L. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.
- CORRÊA, R. L. *Trajelórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

- FERNANDES, A. M. Direito à cidade: uma nova agenda urbana? rumo ao habitat III. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, v. 187, p. 56-57, 2015.
- FERNANDES, F. *Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- HOLLOWAY, J. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher, 2013.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991a.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991b.
- LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. L. *Urban fortunes: the political economy of place*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- LOJKINE, J. *O marxismo, o estado e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MCFARLANE, C. *Learning the city*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- MERRIFIELD, A. *The new urban question*. London: Pluto Press, 2014.
- MORAIS, A. C. R. Os circuitos espaciais da produção e os circuitos de cooperação no espaço. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Org.). *Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais da produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos*. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 25-51.
- OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J. Á. et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 65-76.
- PAULA, J. A. *Crítica e emancipação humana: ensaios marxistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- PAULANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 514-535, jul./set. 2016.
- PECK, J. Neoliberalism. In: RICHARDSON, D. et al. *The Wiley-AAG international encyclopedia of geography*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2017. p. 1-12.
- POLANYI, K. *A grande transformação: origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RIZEK, C. S. Um balanço de pesquisa: 10 anos na Zona Leste e um social reconfigurado. *Cidades*, São Paulo, v. 13, n. 22, p. 94-140, 2017.
- ROBINSON, J. *Ordinary cities: between modernity and development*. London: Routledge, 2016.
- ROY, A. (Ed.). *Worlding cities*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.
- SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1994.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPOSITO, M. E. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SPOSITO, M. E.; RIBEIRO, W. *Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e cidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-77.
- TOPALOV, C. *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. México: Edicol, 1979.